

A Reversão Política do Conhecimento: Uma Nova Práxis Educacional

Tania Maria Marinho Sampaio*

RESUMO

O presente artigo se impõe como instrumento de reflexão sobre as injunções políticas e éticas do conhecimento, frente à fragmentação da razão, entendida não-somente pelo viés do interesse instrumental, em nome de uma ideologia provocadora dos "progressos fabulosos" do saber científico e tecnológico contemporâneos. Perante tal perspectiva, visa-se a reposição do interesse humano emancipatório no próprio processo do conhecimento que, reelaborando uma teoria epistemológica, provoca a reconstrução da prática política, enquanto simultaneamente dispõe a reinscrição de uma nova ordem ética para a sociedade.

Afetados sobremodo como sujeitos de uma época em estado de crise, que se caracteriza pelos estertores de uma interpretação de mundo que nos dirige para a suspeita da perda de sentido para a vida humana, fomos conduzidos à reflexão sobre se a pretensão originária que marca o nosso processo civilizatório, desde as suas origens a uma civilização da razão, não está

se mostrando hoje sob a feição de uma racionalidade perversa e dominadora. A expressão dessa racionalidade, se apresentando travestida pelos efeitos ilusórios do esclarecimento e da liberdade, através da institucionalização de uma razão que se faz reduzida a um sentido instrumental, acabou por concentrar-se no controle técnico da natureza e dos homens, desfazendo o que, originariamente, traçara como intento condutor em nossa cultura ocidental: combater o mito e propiciar a emancipação na forma da maioridade humana.

A emersão de um mundo que atualmente se delinea sob a égide do não-sentido, da perda da identidade dos seus sujeitos, traz à tona, sob o mesmo efeito da razão-desrazão, a vida humana contida em relações de dominação, controlada por um sistema cujos elementos propulsores perfazem a órbita do poder e do dinheiro. Com a dor contínua e morna que forra a existência de homem presente nesse tempo, somos instigados a mergulhar num "retorno transcendental" à cata ao sentido dos fatos, o qual se revela referencial que sinaliza tanto o homem perante o outro, quanto o homem em sua direção ao mundo.

Tania Maria Marinho Sampaio

Mestre em Educação; Livre Docente em Filosofia da Educação; Doutora em Filosofia; Professora Adjunto do Mestrado em Tecnologia - CEFET/RJ

(*) Filiação Institucional: Professora Adjunto do Mestrado em Tecnologia (Educação Tecnológica) do "Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca" - CEFET/RJ.

Sabemos que a atividade racional, impressa sobretudo no seu viés instrumental, teceu perante as sociedades capitalistas um processo de reificação, que acabou por franquear à vida interativa dos homens que as suas relações interpessoais chegassem ao extremo de serem admitidas como realidades consonantes ao mundo dos objetos. Tendo um leque de possibilidades abertas a expor causas elucidativas e até prováveis soluções de reversão desse estado humano, defendemos a idéia de uma tal prática política da educação como via plausível de se fazer mediar a racionalidade técnica aos valores ético-políticos, os quais teriam se diluído com o avanço daquela. Tal escolha julgamos relevante, pois não entendemos que devamos priorizar quer uma, quer outra versão humana, instalada nas referidas ordens da racionalidade técnica ou da eticidade. O que intencionamos é a reposição de uma mediação possível e recíproca entre a racionalidade técnica, econômica e administrativa, frente a domínios que se fazem próprios ao *ethos* do humano.

Dessa maneira, a questão sobre como se fará possível a recuperação da justa medida da dignidade e da liberdade política em consonância com a racionalidade técnica se fez presente, ousando constituir, nos caminhos impostos à reflexão sobre educação, a chave hermenêutica para a safda da crise da atualidade brasileira.

A visão reducionista da razão, que enfatiza o sentido instrumental, caracterizamo-la manifestada no atual complexo científico-tecnológico, verificado principalmente após o cientificismo instalado no século XIX, o qual veio acarretar uma transformação técnica das ciências e uma transformação científica do conhecimento. Ao detectarmos a renúncia da mediação entre teoria e prática, impressa nessa ordem do cientificismo, nos permitimos concluir que ambas, a ciência e a técnica, assumiram um caráter ideologizado, que, se escondendo sob o rótulo da neutralidade do saber, visam, sem outra alternativa, a eficácia de um sistema social, que se faz regido por estímulos externos, a não permitir atos reflexivos. Os cidadãos, que passam então a depender da organização e da produção de bens de consumo dessa sociedade, não são capazes de refletir sobre ela. Quanto mais o crescimento da sociedade e sua mudança esti-

verem correlacionados pela racionalidade externa dos processos de pesquisa, tanto mais a civilização científica deverá se fundamentar no conhecimento e, portanto, na informação dos seus cidadãos. Nesse contexto, o interesse da razão em se libertar significará mudar o estado de consciência mediante uma teoria prática que não manipule coisas e processos coisificados, mas que conduza a consciência a um estágio de autonomia, por meio de representações críticas e claras. Tal desprendimento tutelar é que verificamos ter, como finalidade, a condução da espécie humana à autonomia do agir e à libertação frente ao pensamento dogmático.

Pelo interesse emancipatório, o qual concentra em si o alicerce da nova sociedade, cujo objetivo deve ser definido discursivamente em comunhão com os outros e em liberdade de expressão, vinculado a um pensamento em forma de diálogo, é que entendemos a possibilidade de recuperação da relação teoria/prática. Firmando-nos contrários aos princípios que regem o positivismo cientificista, vislumbramos uma nova teoria política da educação, na qual, em lugar do sujeito preso ao modelo tradicional de conhecimento, fazemos valer a autoridade epistemológica enquanto representada pela comunidade que age e se comunica.

O esteio da presente reflexão, ainda que de forma não plenamente sistematizada, vem pautado nas categorias que consideramos sustentar uma prática político-pedagógica, sonantes que se fazem aos temas que historicamente enfeixam a contemporaneidade. As aludidas categorias - conhecimento interessado, auto-reflexão e relação teoria/prática - nos levam a dispô-las separadamente, embora entendamos que estão de tal forma inter-relacionadas, que se faz impossível a compreensão de qualquer uma sem a sustentação das demais. Por isso, em atendimento:

— à forte crítica imposta aos conceitos provindos do positivismo, em nome de uma ideologia provocadora dos "progressos fabulosos", advindos de um conhecimento fundamentado na pura metodologia;

— à reposição de uma compreensão que permita solucionar o problema da inter-relação das dimensões sócio-política e técnica, condizentes com os interesses antropológicos da ação humana diante do mundo;

— à prática educacional libertadora que interligue as duas dimensões humanas (item acima) ao verdadeiro interesse emancipatório, o qual vem responder pelo processo de autoconstituição histórica do homem, anterior a todo conhecimento possível e equivalente ao interesse essencial na arquitetura dos interesses que forram o conhecimento;

permitimo-nos atentar que uma tal prática educacional, atinente ao processo de autoconstituição do homem, a responder pela sua libertação progressiva das condições reais de opressão, deve predispor para si que os interesses que dirigem o conhecimento e que determinam as condições de validade das afirmações são, eles próprios, oriundos da razão humana. Por tal, o sentido do conhecimento e a medida de sua autonomia não podem ser explicadas senão em relação com o interesse. E o interesse emancipatório, que está estreitamente ligado à crítica, entendemos que já se impõe dentro do conhecimento como processo de auto-reflexão dele.

O conhecimento, sendo dirigido por interesses, não se pode deles dissociá-lo, pois esta separação representaria o mesmo que negar a existência de uma finalidade para as ações e as interações humanas.

Como a noção de interesse vem a condizer com a de "orientações básicas" (Habermas, 1982), que garantem tanto a reprodução, quanto a autoconstituição do homem, esticamos esta idéia, mostrando que a cultura se faz o lugar onde, decididamente, essas orientações aportam, assumindo assim uma dimensão antropológica. Uma teoria pautada na ação cultural, onde se vê a cultura como instância-patamar do conhecimento, nos permite concluir que tanto a educação quanto a cultura se revelam sob o estatuto gnosiológico-antropológico.

Frisamos que a efetiva ação histórica do homem no mundo é que se impõe como lugar mesmo de sua emancipação ou libertação; e essa ação histórica vemos impressa na ordem cultural. Destarte é que frisamos que é na cultura que se manifesta o interesse emancipatório, de sentido apriorístico, o qual se realiza nas dimensões técnica e social, então tornadas, no seu seio, viáveis historicamente. Por isso, trabalhando a relação dialética que importa na ação posta no

mundo — a ação cultural — e a reflexão sobre essa ação, leva-se o educando a conscientizar-se de que esse aprendizado coincide com o aprendizado de sua própria atuação, de sua própria extensão para a realidade. Essa criticidade não se dá antes nem depois, mas em concomitância à conscientização do sujeito, querendo reforçar a idéia de que a criticidade, que a conscientização traz em si, vem já dentro do conhecimento, enquanto processo de auto-reflexão.

A categoria auto-reflexão nos permite admiti-la como o elemento chave para compreendermos não só a condição do conhecimento interessado, mas também as relações entre teoria e prática, fazendo-se valer como postura metodológica, a qual permite a formulação de uma política educacional crítica, não dogmática. Somente pela auto-reflexão é que se propõe a garantia de conquista da liberdade política e da participação social, legitimadas por um processo interativo reconhecido por todos.

Observamos que as etapas do método dessa relação advindas, respaldadas no senso histórico cravado na cultura do povo, faz o educando refletir sobre o conteúdo de sua ação (teoria), se aliançando à forma de um conhecimento verdadeiramente crítico (prática). Apresentamos a interligação de uma forma de educação onde o saber nela contido se faz em concomitância à ação própria do homem diante do mundo (a cultura), enquanto já internalizado (o saber) na ordem da conscientização.

O ciclo que se estabelece conhecimento/conscientização/cultura se fecha, ao conectar-se estreitamente entre si, nas vezes de fazer da lógica impressa no conhecimento, a própria lógica que perfaz o interesse da vida do sujeito que, historicamente, realiza a sua condição originária de libertação.

Posto isto, refletir sobre a ação histórica condiz com o refletir sobre a própria cultura, o que equivale a conscientizar-se o homem perante si mesmo na verdadeira assunção de sujeito.

Permitimo-nos o entendimento de que a emancipação do sujeito se faz possível, quando este realmente se torna capaz de arrastar a criticidade para o mundo social, quando então

existirá a possibilidade de torná-lo mais justo e mais digno para os homens. Pondo-se em questão as relações do trabalho humano sob a perspectiva do social, da interação, queremos repor uma nova compreensão humana na justaposição do conhecimento à criticidade, via possível de tornar o educando sujeito entre sujeitos, emergindo para a situação política de liberdade.

Dentro da perspectiva de revolucionar politicamente a sociedade, é que vemos os sujeitos "imersos" pela força opressora de um sistema social dominador, sem consciência da ação que promovem no mundo, de forma ingênua agindo, sem que se percebam em tais condições. E aí se faz o nosso clamor pela denúncia de uma sociedade colonizadora da vida, através de um sistema que a ela se superpõe como força esmagadora.

Queremos desesperadamente é dar conta das distorções empiricamente presentes nas relações dos homens entre si e da conseqüente irracionalidade dominante na sociedade atual, a qual tendo abandonado especialmente a comunicação, "patologizou" a vida humana nas vezes de sua colonização, traçada pelas pás de cal do progresso unilateral da ciência tecnológica.

Pensamos, em nome dessa denúncia, uma ação política educacional à qual lhe serve de suporte a própria ação cultural, fazendo com que a prática da educação venha respaldar-se na ação/reflexão, processo que simultaneamente "desaloja", "desloca" e "dissolve" a rigidez da consciência dos educandos, a fim de libertá-los dos "velhos temas" que tragicamente "coagulam" suas consciências, na intransitividade em que se aprisionam.

Queremos propor uma teoria do conhecimento que, pensada sobre a teoria da ação cultural, faça pares indissolúveis o sentido gnosiológico do sentido antropológico, ao torná-la inquiridora de um saber que se deposita sobre a ordem mesma da vida cultural, que se transforma a partir daí em realidade-problema.

O diálogo como suporte dessa ação político-educacional carreará para si, no seio de sua estrutura, quer uma práxis utópica, quer uma eticidade política, na exigência de respeito à reciprocidade da argumentação discursiva de todos os direitos condizentes a cada um e a qual-

quer participante da sociedade. É o registro da imparcialidade arraigada nas estruturas da própria argumentação, não precisando ser inserida como conteúdo adicional. É aí que apontamos a ordem ético-política que subjaz à práxis dialógica, considerando que a solidariedade e a justiça perfazem as representações fundamentais que desembocam nas condições de simetria e nas expectativas de reciprocidade. Nossa conclusão nos permite chegar a dispor que a aludida práxis dialogal, instância que medeia essa política educacional, põe em questão um tipo de vontade racional, passível de garantir o interesse de todos os indivíduos particulares de uma comunidade, a qual não deixa de se fazer atenta à coesão social que a unifica objetivamente.

Preconizamos, diante das categorias que aqui arrolamos, uma verdadeira ação educacional que aponta um dos caminhos auxiliares para o abalo ético, político e epistemológico da devastação irracional, a qual nutre a relação opressora que se abate sobre a realidade social brasileira.

Tais categorias explicitam a relação dicotômica que se trava entre as formas de construção do conhecimento e as devidas implicações políticas que se arrastam até a sociedade. Se o conhecimento impõe-se neutro, politicamente a sociedade estará marcada por relações de um poder dominador, cujas relações tirânicas oprimem e inibem a formação da vontade livre de seus sujeitos. Se o conhecimento se fizer interessado, as relações daí advindas propiciarão uma forma de poder que se construirá democrático, condutor da cidadania, e, por extensão, da libertação política do indivíduo. Por isso buscamos estabelecer a reciprocidade da proposta de uma teoria do conhecimento que sirva, em paralelo, à transformação política da sociedade, validando-a, conseqüentemente, como uma teoria social.

Intentamos desvelar o forro sustentador de tais inquirições, pautadas que estão nas três categorias revolucionárias, atinentes quer ao conhecimento, quer às condições reestruturadoras de uma sociedade que se impõe igualmente libertadora: o conhecimento, antropológicamente interessado, seguido pelo caminho da auto-reflexão, tendo como entrefecho a libertação assentada na unidade teoria-prática.

Como momento sintetizador, podemos aduzir que:

— os interesses, que representam as “orientações básicas” do homem perante o processo de autoconstituição, são advindos da própria razão, uma vez que se fazem instâncias que “selecionam”, aprioristicamente, a sua ação perante o mundo. Essas ações ou são direcionadas para o sentido instrumental, e aí está o interesse técnico; ou as ações são direcionadas para o sentido da interação social, e aí está o interesse prático. Ambos, no entanto, que se põem para a sociedade, sob o respaldo de uma cultura que os delinea concretamente, provêm do interesse originário que é a emancipação do sujeito;

— o interesse emancipatório, que se dirige à plenificação no mundo, toma corpo no próprio processo do conhecimento. Por isso podemos argüir para a emancipação, interesse primário, a identificação com o conhecimento, uma vez que é este que a dispõe, fazendo-se via direta e possível de sua realização;

— finalmente, equivalem-se, provindos todos da instância racional, o conhecimento, os interesses que o conduzem e a própria emancipação (conscientização); esta última, ponto de partida e de chegada, causa e efeito da relação do homem com o mundo.

Fica patenteado que conhecimento/interesse/emancipação se fazem uníssonos, à medida que interligam o conteúdo do mundo, nas vezes de seus temas históricos, diretamente à lógica da vida. Ou, revertendo as idéias, temos que a lógica da vida dos sujeitos (a prática), advinda dos interesses antropológicos, “seleciona” o tipo de conhecimento por ela requerido, a fim de alcançar o que aprioristicamente a mobiliza — a emancipação. É justo esta conexão que queremos comprovar: a unidade teoria/prática. É a posição revolucionária que assume uma política educacional, que, reelaborando uma teoria epistemológica, provo-

ca a partir dela a reconstrução da prática política, estendendo à sociedade sua reinscrição numa nova ordem ética.

Quantas vezes vivenciamos “atitudes reformistas” que somente condizem com a mera alteração da conjuntura social, que continua escoreada numa estrutura rígida, na qual poucos homens permanecem donos de muitos outros. Na alteração puramente conjuntural, apenas as peças são superficialmente trocadas, mas o tabuleiro do jogo social, o qual se faz campo de ação, permanece agasalhando suas peças unicamente em posições diferentes; é mister que as regras do jogo, essas sim, se refaçam justas, se refaçam humanas. É, enfim, o esforço de um trabalho que queremos fazer girar em torno de uma perspectiva que vem, efetivamente, expressar a face interna de uma nova sociedade, criando a possibilidade de abalar as estruturas em que está pautada a atual realidade brasileira.

Verificando as influências filosóficas e políticas da época contemporânea, quisemos trazer à luz pontos teóricos basilares que julgamos sustentar os reclamos de um novo paradigma: quer a contemporaneidade histórica abandonar a postura de uma razão que busca sua maioria na única vertente instrumental, a qual retirou do homem a coerência e o equilíbrio de suas relações. As categorias então propostas nos permitem compreender as questões instigantemente político-filosóficas que estão a denunciar um tipo de homem que caminha por um processo custoso de aprendizagens e “desaprendizagens” simultâneas (pois muito do que o homem aprende através da razão técnica pode custar-lhe “desaprendizagens” em termos de valores éticos ou político-culturais), que lhe governam e desgovernam os passos. Conhecimento interessado, auto-reflexão e relação teoria/prática são categorias que demonstramos sustentar um projeto político-educacional que, mais que brasileiro, se faz pertinente à crise que se delinea na contemporaneidade universal.

ABSTRACT

The present article is presented as a reflective instrument about the political and ethical implications of knowledge, opposite to the fragmentation of reason, only understand through the line of the material benefit and in the name of an ideology that causes the "fabulous progress" of the contemporary technological and scientific knowledge. In the presence of such perspective we aim the replacement of the human emancipating interest within the awn process of understanding which has to be reformulated to introduce a new political action and at the same time a new ethic order to society.

Referências Bibliográficas

- HABERMAS, J.** Conhecimento e interesse: com um novo posfácio. Tradução por José N. Heck, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 337p.
- HEGEL, G.W.F.** Introdução a história da filosofia. Tradução por Arthur Morao. Lisboa: Edições 70, 1991. 253p.(Textos filosóficos, 31)
- JAPIASSU, H.** O mito da neutralidade científica. 3.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 225p. (Série Logoteca)
- KONDER, L.** O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 141p.
- MANACORDA, M. A.** O princípio educativo em Gramsci. Tradução por William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 288p. (Educação. Teoria e crítica)
- ROUANET, P. S.** Teoria crítica e psicanálise. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. 377p. (Biblioteca tempo universitário, 66)
- SANCHEZ VAZQUEZ, A.** Filosofia da práxis. Tradução por Luiz Fernando Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454p.
- SCHMIED - KOWARZIK, W.** Pedagogia dialética de Aristóteles a Paulo Freire. Tradução por Wolfgang Leo Maar. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142p. SIEBNEICHLER, F. B. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 181p. (Biblioteca do Colégio do Brasil. Série B; 2)